

A ecologia na televisão: o que se espera da TV pública?

Bruzzo, Cristina; Guido, Lúcia Estevinho

Veröffentlichungsversion / Published Version

Zeitschriftenartikel / journal article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Bruzzo, C., & Guido, L. E. (2012). A ecologia na televisão: o que se espera da TV pública? *ETD - Educação Temática Digital*, 14(1), 141-159. <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-312788>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer Free Digital Peer Publishing Licence zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den DiPP-Lizenzen finden Sie hier: <http://www.dipp.nrw.de/lizenzen/dppl/service/dppl/>

Terms of use:

This document is made available under a Free Digital Peer Publishing Licence. For more Information see: <http://www.dipp.nrw.de/lizenzen/dppl/service/dppl/>

A ECOLOGIA NA TELEVISÃO: O QUE SE ESPERA DA TV PÚBLICA?

ECOLOGY IN TELEVISION: WHAT IS EXPECTED OF PUBLIC TV?

Cristina Bruzzo¹
Lúcia Estevinho Guido²

Resumo

Este trabalho pretende colaborar na discussão sobre a responsabilidade da televisão pública na educação ambiental. Para tanto, examina o programa *Repórter Eco*, com a finalidade de investigar as regularidades e as convenções presentes na abordagem da temática ecológica. Com base nos críticos da mídia e em autores preocupados com os aspectos políticos do discurso ambientalista, como Leff e Latour, busca-se repensar a função educativa da televisão pública no País em relação ao meio ambiente.

Palavras-chave: Televisão. Educação ambiental. Meio ambiente.

Abstract

This paper intends to present a contribution to the discussion on the responsibility of public television in environmental education. Therefore it examines the Echo Reporter show, investigating the regularities and conventions present in the approach to the ecological theme. Based on media critics and authors concerned with the political aspects of environmental discourse, as Leff and Latour, we seek to rethink the educational function of public television in the country in relation to the environment.

Keywords: Television. Environmental education. Environment.

A televisão, e também o cinema, modificam a nossa maneira de ver e conceber o mundo natural e colaboram para configurar nossa relação com os seres vivos. As imagens em movimento criam um cenário no qual a vida se perde e surge recriada como personagem de uma natureza mais intensa.

Os sociólogos Alphonse Bitoun e Dupont, (1992) alertam para o fato de que, desde os anos 1970, as “formulas Eco” proclamam a volta a modos de viver mais naturais e participam no desenvolvimento de um novo imaginário. Também suscitam o desejo

¹ Professora da Faculdade de Educação, pesquisadora do grupo OLHO, Laboratório de Estudos Audiovisuais da Unicamp. E-mail: bruzzo@unicamp.br – Campinas, São Paulo, Brasil.

² Professora do Instituto de Biologia, Pesquisadora do Grupo Docência e Formação para o ensino de Ciências da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: lucia@umarama.ufu.br – Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.

nostálgico por um mundo que talvez já não exista mais e promovem as populações tradicionais a guardiãs da natureza.

A ideia de natureza supõe “o nexos infundo das coisas, a ininterrupta parturição e aniquilação das formas, a unidade ondeante do acontecer, que se expressa na continuidade da existência espacial e temporal [...] um pedaço de natureza é, em rigor, uma contradição em si, a natureza não tem fracções” (SIMMEL, 2009, p. 5). Tal modo de conceber o mundo natural, antes ligado ao sagrado, hoje integra o mecanismo de mobilização dos desejos, pelo qual a sociedade de consumo incorpora objetos e formas vivas tornados mercadorias. Lembrem-nos os sociólogos que o “turismo verde”

[...] é praticado em nome da busca da autenticidade, de um modo de vida mais lento e próximo da natureza. Mas estas formas de turismo podem muito bem ser acompanhadas de uma orgia de compras de equipamentos cada vez mais sofisticados por consumidores pouco desejosos de experimentar até o fim os méritos da austeridade. Então, às vezes é difícil de saber aquilo que domina essas práticas ecológicas, se a relação com a natureza ou a relação com o objeto [...]. (ALPHANDÉRY; BITOUN; DUPONT, 1992, p. 39)

Uma variante desse turismo que mercantiliza as paisagens está na infinidade de imagens, fotografias e filmes, nas quais é possível reconstituir o romance da vida selvagem para deleite de espectadores confortavelmente instalados no sofá da sala. Porque esse tipo de criação midiática é para ser visto de um modo “muito mais distraído e dispersivo (portanto menos identificatório) do que ver cinema” (MACHADO, 2001 p. 85).

O monitor de televisão segue aumentando de tamanho e encostando-se à parede feito quadro. Apura-se a qualidade técnica da imagem apresentada e mesclam-se os gêneros, até não ser mais tão importante separar o que é ficcional do que seria documental. Contudo, é possível reconhecer algumas marcas próprias de certos gêneros televisivos; assim, os programas informativos caracterizam-se por uma relação com os telespectadores “regida por certa objetividade enunciativa, de que a evidência mais inquestionável é a interpelação direta do espectador pelo apresentador de televisão, através do olhar direto à lente da câmera” (MACHADO, 2001, p. 84). Essa forma de conferir legitimidade ao noticiário solapa, muitas vezes, a capacidade crítica do espectador. Em implacável ataque à televisão, o sociólogo Bourdieu (1997, p. 24) questiona o propósito reiteradamente afirmado pela mídia de informar com isenção: “Desejaria dirigir-me para coisas menos visíveis, mostrando como a televisão pode, paradoxalmente, ocultar mostrando, mostrando uma coisa diferente do que seria preciso mostrar caso se fizesse o que supostamente se faz, isto é, informar”.

Os programas televisivos e as reportagens telejornalísticas de colorido ecológico assinam o discurso ecologicamente correto que repetidamente prescreve atitudes individuais para a solução de agravos à natureza. As belas imagens descansam os olhos, mas o investimento mais efetivo está na fala, que lembra a proximidade com o rádio, mas também, como aponta Martin-Barbero, na “necessidade de imediatismo e simplicidade” (2003, p. 307). As palavras orientam os olhos e conduzem a interpretação: tudo fica evidente.

A valorização do local, que se intensificou nos últimos anos, é tema presente na mídia, seja a escrita (jornais e revistas) seja a imagética (destaque para a televisão), que pretendem divulgar o conhecimento da natureza aliado ao conhecimento das culturas locais. O chamado saber popular é, muitas vezes, submetido a uma simplificação que agrupa contrastantes posições teóricas e políticas no *slogan* “pensar globalmente e agir localmente”, escamoteando as lutas pela reapropriação social da natureza (LEFF, 2006).

O exame acurado de algumas reportagens exibidas pela TV Cultura, no programa *Repórter Eco*³, permite encontrar diversos aspectos recorrentes nos programas televisivos voltados à temática ecológica. O seu destaque tem o intuito de investigar regularidades e convenções e examinar o modo como se dá a interpelação do espectador, a fim de interrogar a relação dos meios de comunicação com seu público na abordagem de temas complexos da atualidade, com particular atenção para a televisão pública.

A vida natural, de modo geral, é apresentada nesse tipo de programa como um aglomerado de seres que parecem responder de forma esperada e objetiva às intervenções humanas. Em acordo com essa visão redutora, a própria estrutura adotada pelas reportagens é bastante convencional e igualmente previsível, operando com formatos repetitivos e ritualizados. No caso do *Repórter Eco*, a jornalista que apresenta o programa realiza uma série de entradas coreográficas em cada bloco, ajudando a compor a relação de familiaridade que o espectador habitual acaba estabelecendo com a apresentadora. Esta anuncia, orienta, destaca e conclui, apontando a relevância de cada reportagem (na época da reportagem analisada, a apresentadora era Flávia Lippi).

³ Este programa surgiu em fevereiro de 1992, com o objetivo de discutir questões ambientais, inseri-las no cotidiano das pessoas e antecipar os grandes temas que seriam discutidos na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). Após a conferência, a emissora passou a discutir a continuidade do programa, a equipe do *Repórter Eco* apostou na relevância do tema e conseguiu que o programa passasse a ter um formato de uma revista, com inserções semanais de 30 minutos (SOUZA; DIEGOLI, 1997).

A reportagem sobre o Projeto Baru⁴, exibida no dia 26/05/2002⁵, está inserida no “Quadro sobre biodiversidade” do programa *Repórter Eco*. A apresentadora Flávia Lippi anuncia esta reportagem, seu rosto é filmado em *close*, com a imagem de uma folha ao fundo. Ela diz: “A rica biodiversidade brasileira”. A apresentadora gira o corpo e o enquadramento muda para plano americano⁶, ela se movimenta pelo cenário e continua: “O quadro sobre biodiversidade, resultado da parceria entre a TV Cultura e a Natura, apresenta a quarta reportagem da série sobre o Balanço da Rio-92”. Nova mudança, agora Flávia Lippi está em primeiro plano: “Você vai conhecer o Projeto Baru, exemplo de desenvolvimento econômico aliado à preservação do cerrado”.

As mudanças de plano e de entonação de voz são recursos para a “simulação do contato”, como analisa Martin-Barbero, que buscam vencer a dispersão própria da situação do espectador no ambiente doméstico. Ao privilegiar a figura do apresentador como *interlocutor*, atende-se à “necessidade de subordinar a lógica visual à lógica do contato” (2003, p. 205-206). Isso permite criar uma proximidade que combina a solicitação da atenção com a prevalência da palavra, que marca o que Almeida (1994) denomina nova oralidade: palavras e imagens que se sucedem em fluxo constante, que torna tudo equivalente e propicia o esquecimento.

Logo no início da reportagem sobre o Projeto Baru aparecem pessoas andando na praça de uma pequena cidade, identificada por uma legenda: *Caldazinha/GO*. Uma série de imagens ocupa a tela: pessoas andando a cavalo, uma casa rodeada por árvores, cercas, porteira, vacas pastando e, finalmente, um grupo esparsos de árvores de pequeno porte, entremeadas de capim, seguido por uma vegetação exuberante, mostrada em ângulo fechado na copa das árvores. Esta última sequência de imagens parece querer ilustrar a noção do que deve ser a vegetação típica do cerrado⁷ e da mata. A locução em *off* reforça:

⁴ O baru, árvore típica do Cerrado, serviu de inspiração para o nome do projeto de manejo sustentável na região do entorno do município de Goiânia, sob responsabilidade do Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (CEDAC).

⁵ Esta reportagem foi reapresentada integralmente no programa *Repórter Eco*, na edição do dia 04/09/2004. Notamos apenas uma modificação na locução em *off*.

⁶ O plano americano é um plano mais aberto, que enquadra mais ou menos 2/3 do assunto. A pessoa aparece da cintura ou dos joelhos para cima.

⁷ O bioma Cerrado apresenta várias fitofisionomias, dentre elas o cerrado típico, que se caracteriza por apresentar árvores espaçadas umas das outras, com vegetação de gramíneas entre elas (RIBEIRO; WALTER, 1998).

A pequena Caldazinha fica a 35 quilômetros de Goiânia. A paisagem mais comum é o cerrado devastado pelo cultivo da soja e pela agropecuária. Cenário semelhante em pelo menos 80% do cerrado brasileiro. Pequenas áreas ainda conservam uma riqueza que faz do Cerrado um dos hot spots do planeta: regiões mais ricas em biodiversidade e também as mais ameaçadas. A comunidade Boa Esperança vive na fronteira entre a conservação e a devastação deste bioma.

Caldazinha é inserida no âmbito regional – o cerrado, relatando a extensão da sua devastação – e apresentada por imagens organizadas em etapas sugeridas pela locução: uma cidade pacata com moradores na praça; as pessoas no campo, o gado pastando e uma área de mata, sem a presença de qualquer pessoa. Esta sequência ilustra o que a locução diz sobre o bioma cerrado: um dos *hot spots*⁸ do planeta. Este início da reportagem situa o espectador com um conjunto de informações imagético e sonoro bem característico da reportagem televisiva; também é exemplar na forma como apresenta um cenário adequado ao texto. O emprego da noção de fronteira sugere o limite entre algo que merece cuidados e algo ameaçador, indica a presença de uma zona intermediária, a fronteira, que comporta a ideia de risco e, ao mesmo tempo, delimita o que deve ser protegido. As imagens mostram a vegetação rasteira, algumas cabeças de gado, tendo ao fundo uma casa, uma porteira e uma cerca. O movimento da câmera — um *travelling*⁹ — dá a sensação de que passamos pela porteira em meio à cerca que delimita o espaço do gado, ilustrando o termo fronteira apontado pela locução.

Os primeiros depoimentos são de dois moradores locais, filmados em primeiro plano, tendo ao fundo uma casa simples, de cor amarela, rodeada por plantas e chão de terra batida: “*Nós somos todos pequenos proprietários. E a gente não queria, não quer ir para a cidade*”¹⁰ (Terezinha Rodrigues Campos, Presidente da Associação Boa Esperança). “*O agricultor tem dificuldades, ele não tem como investir em soja e em outras produções maiores, então a gente hoje está investindo aqui para melhorar a qualidade do meio ambiente, trabalhando com coisas do Cerrado*” (Jesus Lopes da Silva, da Rede de Comercialização). Fica assim anunciada a solução para os moradores e para o ambiente: o manejo sustentável¹¹.

⁸ O termo *hot spots* diz respeito a regiões ameaçadas de extinção, que possuem grande diversidade de espécies e, portanto, devem ser preservadas. Os critérios para a definição deste termo são de ordem quase estritamente biológica, não se considera nessa definição a importância da presença humana (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

⁹ *Travellings*: deslocamentos de câmera, por qualquer meio, para aproximar, afastar ou acompanhar um objeto. (ALMEIDA, 1994, p. 38).

¹⁰ Em todas as transcrições realizadas a partir das falas, foram feitas pequenas alterações na grafia para alterar a forma escrita.

¹¹ “Se bem que não existe uma definição clara e consensual sobre os significados atribuídos ao conceito de sustentabilidade (*sustainable development*), no Brasil, como nos países de fala portuguesa, tem-se adotado de

Na televisão predominam falas que acionam as “ideias feitas” apontadas em registro irônico por Flaubert¹² e retomadas por Bourdieu – aquelas noções banais que, sempre que são mencionadas, desencadeiam uma aprovação generalizada, porquanto já estavam aceitas de antemão; assim, “a comunicação é instantânea porque, em certo sentido, ela não existe [...]. A troca de lugares-comuns é uma comunicação sem outro conteúdo que não o fato mesmo da comunicação” (BOURDIEU, 1997, p. 40-41).

Garante-se a adesão dos espectadores, colocando em circulação um conjunto de lugares-comuns sobre o meio ambiente, criando um reconfortante acordo que afirma aquilo em que já se acredita. Ao mesmo tempo que o espectador se satisfaz com a repetição de indicações conhecidas para a proteção da natureza, ele é envolvido no movimento que iguala as diferentes opiniões e encobre divergências, operando por meio das entrevistas tão presentes nesse tipo de programa televisivo. A câmera enquadra personagens, e a entrevista, explorada à exaustão, pouco a pouco se transforma numa reiteração que “...começa a partir do momento em que um jornalista busca alguém para simbolizar uma situação. Isso supõe que ele oriente o seu trabalho, mesmo com as melhores intenções, em função de uma conclusão já tirada” (AUBENAS; BENASAYAG, 2003, p. 20).

Esta diluição nada inocente responde pela escolha de algumas pessoas convidadas a falar como as vozes que, reforçadas por ambas, apresentadora e repórter, são legitimadas pelo programa, dentre tantas outras pessoas solicitadas pela reportagem. São discursos que pretendem conduzir o entendimento do espectador a partir das familiares maneiras de explicar, que simplificam, organizam e enfaticamente orientam o leigo no entendimento do que é importante saber e de como agir na situação apresentada.

A coordenadora técnica do CEDAC, Alessandra Carla da Silva, afirma que a exploração do baru acontece segundo os preceitos da sustentabilidade, e sua manifestação basta por si mesma:

A coleta do baru de forma adequada, deixando partes dos frutos no pé para que a fauna silvestre possa se alimentar. E os agricultores extrativistas não colocariam mais fogo no Cerrado por causa do prejuízo ambiental que isso ocasiona. E não se teria mais o trabalho infantil, que é uma das condições, uma das premissas, porque em algumas regiões o trabalho infantil faz parte do extrativismo predatório.

forma generalizada a expressão *desenvolvimento sustentável*, que em si não distingue as diferentes acepções, sentidos, políticas e ações sociais alternativas mobilizadas por dito conceito” (LEFF, 2006, p. 165).

¹²O romancista francês deixou inacabada a obra *Dicionário das ideias feitas*, uma sátira aos clichês de sua época.

Maria Zulmira, repórter da TV Cultura que está no local, informa que o projeto de manejo do baru é realizado por agricultores familiares e extrativistas que conseguem comercializar os seus produtos graças à rede solidária de comercialização. Destacando o valor do extrativismo sustentável, diferenciando-o daquele predatório, a jornalista reforça a declaração da coordenadora do projeto, sem efetivamente fornecer elementos para o espectador avaliar a situação por si mesmo.

Além de situar quais são os “especialistas” cujas opiniões merecem consideração, o formato de entrevista, característico dos programas ecológicos, trata de forma homogênea a complexa ocupação das áreas de interesse ecológico que abrigam populações diversas em aproximações e conflitos pouco expressos nas reportagens. Esse jeito de apresentar, acobertando as disputas, dissemina a ideia de que a proteção dessas regiões é uma posição consensual e que os meios de realizá-la são aceitos de comum acordo.

A própria noção de população tradicional, ou local, é vaga e acomoda tensões históricas que se sobrepõem de modos variados. Em estudo sobre os conflitos entre populações indígenas e camponesas no Maranhão, Sader aponta a ambiguidade presente na representação que os camponeses maranhenses expressam sobre o indígena. “Histórias coletadas em toda a área falam de índios que viram bichos quando velhos se não foram batizados, mas ao mesmo tempo a mãe d’água é linda” (SADER, 1996, p. 158).

O antropólogo Matta, mencionado pela autora, relata situação semelhante entre a população branca e a população indígena denominada Gavião, que, ao mesmo tempo que faz referência a um animal de rapina, portanto, uma forma não humana, também indica uma ave associada a certa nobreza e valentia. O antropólogo lembra que os embates pela ocupação da terra estão relacionados com a oscilação na forma de considerar os índios Gavião.

Na realidade, enquanto não houve a valorização das terras na margem do médio Tocantins os grupos indígenas aí não eram encarados com terror. Quando a castanha se torna um produto de exportação, quando a terra passa a ter valor e começa a se tornar rara, os Gaviões surgem como “obstáculos ao progresso e à civilização”. Assim, as palavras pacificação, catequização, ou simplesmente extermínio, passaram a constituir projetos de ações que moviam as pessoas mais interessadas em estabelecer relações com os índios. (MATTÁ *apud* SADER, 1996, p. 158, grifo do autor)

A harmonia entre os diversos grupos humanos que habitam um lugar é uma idealização que oculta os embates, as acomodações e os interesses que marcam a ocupação de terras no Brasil. A definição de quais são os grupos locais que protegem e conhecem as matas e os animais não é desprovida de implicações políticas e econômicas.

O tratamento aparentemente similar dado aos diferentes grupos pela televisão homogeneiza desigualdades, reforça algumas opiniões e seleciona conclusões de especialistas escolhidos pelo programa, que serão reiteradas pelos repórteres e pelos apresentadores, de modo a não deixar dúvidas quanto à hierarquia de depoimentos na reportagem. Sob a aparência de tomadas espontâneas, resultam avaliações e posições, sem que os argumentos que as sustentam sejam apresentados ao espectador, nem informada a existência de eventuais proposições divergentes em relação ao mesmo assunto. Destaca-se, desse formato do *Repórter Eco*, o quadro do jornalista Washington Novaes, especializado em questões de política ambiental, no qual fica explícito o seu posicionamento e predomina o teor analítico do tema, tratado de forma independente do resto do programa.

Contudo, a valorização de alguns depoimentos, pelo tempo destinado à pessoa, pela forma de apresentação e pela reiteração de sua opinião pelos repórteres, privilegiando um conjunto de entrevistados, não é a principal forma de atuação em relação às pessoas convocadas a falar. A falta de elementos para comparar os diferentes personagens institui a categoria popular ou local para designar pessoas que mantêm vínculos bastante distintos com o lugar, com sua história e com as formas vivas ali existentes. Não fica clara a relação de pertencimento e envolvimento efetivo com a região.

Em relação aos pesquisadores, igualmente equivalem-se as práticas, sem nuançar os diversos propósitos envolvidos nos estudos. Na reportagem exibida no dia 19/04/2002 sobre a RPPN¹³ Toque-Toque Pequeno, uma sequência de imagens ressalta a pesquisa na reserva e termina com o depoimento do biólogo Fabio Kiyohara – “biólogo Biota - USP” (legenda). A imagem registra os pesquisadores saindo pela mesma ponte por onde começou o plano, dando a impressão de que eles realizaram uma ação cronológica: entraram na ponte pelo lado direito do vídeo, realizaram a coleta (trabalho da pesquisa) e foram embora pelo outro lado da ponte, à esquerda. O cotidiano dos biólogos na reserva, atualizado para o espectador por meio dessa simulação, naturaliza a autorização para interferir no ambiente, conferida àquelas pessoas que realizam atividades no interior da reserva, respaldadas pelo conhecimento científico. Este, por princípio, dispensa explicações e não precisa ser avaliado ou confrontado com outras versões e ponderações. No caso do baru, as pessoas que fazem a coleta podem falar em alguns momentos; contudo, as explicações ficam sempre a cargo dos especialistas¹⁴.

¹³Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN.

¹⁴“A ética ambiental rompe, assim, os esquemas de racionalidade fundados na verdade objetiva e abre perspectivas a uma nova racionalidade na qual o valor da vida possa se reencontrar com o pensamento e a razão amalgamar-se com o sentido da existência”. (LEFF, 2006, p. 271)

O biólogo Kiyohara enfatiza que, por não haver presença humana, há qualidade ambiental no local da reserva, como se tal relação fosse óbvia. Além disso, também diferencia e valoriza a presença dos pesquisadores, cuja movimentação e ações realizadas no ambiente natural parecem não causar qualquer impacto significativo; ao contrário, sua atuação resultará em benefícios para a preservação da biodiversidade, ainda que isso não seja elucidado na reportagem. Trata-se de algo estabelecido *a priori*; afinal, os especialistas apresentados no programa entendem de maneira adequada o ambiente e suas necessidades.

A associação indiscutível entre os pesquisadores e a proteção da natureza, presente nesse tipo de programa, encobre os variados interesses que cercam as pesquisas científicas. As verbas e as condições para o desenvolvimento de investigações na área ambiental são, como em todas as pesquisas aplicadas, sujeitas a pressões políticas e econômicas, de que a complexa polêmica sobre o aquecimento global é o exemplo mais conhecido.

Fica também esquecida a instigante questão relativa aos diferentes saberes sobre a natureza. Não se coloca o espectador em contato com a eventualidade de que a vida, em suas variadas formas, possa ser conhecida por pessoas que não são nem habitantes de lugares ermos e idílicos, sequer os estudiosos e técnicos reconhecidos como tais. Diferentes homens e mulheres interagem com os seres vivos em inúmeras possibilidades de aproximação: coletores e colecionadores, jardineiros, caçadores, pescadores, viajantes, ilustradores, agricultores, paisagistas, fazendeiros, guardas florestais, vaqueiros, treinadores de animais, documentaristas e fotógrafos de natureza, observadores de aves, dentre outros, acumulam conhecimentos e sensibilidades. Essa hipótese é defendida por Sacks (1997), retomando o termo cunhado por Edmund O. Wilson, “biofilia”, que significa “uma afinidade inata de seres humanos por outras formas de vida”. Sacks recorre à noção de “inteligência biológica”, reconhecida por Howard Gardner, que sugere seja uma capacidade presente em todas as pessoas, em variados graus.

Outras pessoas além dos naturalistas podem ser generosamente dotadas dela, expressando-a em suas vocações ou passatempos [...]. Não podemos deixar de pensar na possibilidade de ela ter – tal como a habilidade linguística e a inteligência musical – uma nítida base neurológica, que pode ser mais plenamente desenvolvida pela experiência e pela educação, mas não obstante é inata. (SACKS, 1997, p. 212).

Sem esquecer que a existência de uma inteligência biológica levanta um debate sobre a sua natureza – que seja uma capacidade inata, uma aprendizagem ou uma sensibilidade aprimorada por escolha pessoal –, considerar essa possibilidade favorece o reconhecimento de que conhecemos aspectos dos seres vivos por fontes diversas. Essas

formas de conhecer não científicas são variadas, e nelas as observações não são pautadas pela objetividade estrita, embora contemplem critérios próprios de rigor e condições precisas de transmissão. Seu predomínio no saber das culturas tradicionais sustenta reivindicações e questiona a redução da discussão sobre a sustentabilidade ao estabelecimento de normas ecológicas fundadas no sistema jurídico e econômico globalizados.

Os movimentos sociais que, com suas demandas, revalorizam e reivindicam para si as condições ecológicas e comunitárias da produção, aparecem como suporte de *outra racionalidade produtiva*, em que se entrecem de maneira sinérgica processos de ordem natural, tecnológica e social para gerar um potencial ambiental que foi ocultado pela ordem dominante (LEFF, 2006, p. 464, grifo do autor).

Também entre pesquisadores, as formas de conhecer não são sempre neutras e padronizadas. No que concerne aos estudos com os animais vivos em laboratório, zoológicos e parques, alguns pesquisadores, eventualmente, colocam sob suspeita a certeza da objetividade na coleta de dados. Não são poucos os cientistas que se interrogam sobre a proximidade entre humanos e não humanos nos estudos realizados e sobre a interferência da interação com os exemplares observados e suas reações ao pesquisador, levantando dúvidas em relação a quem observa e a quem é observado. Há diversas indicações de que animais envolvidos em pesquisas sobre comportamento e em estudos de fisiologia podem apresentar modificações em suas respostas. Tais observações são explicadas pelos pesquisadores como reações ao inevitável relacionamento entre pessoas e animais, mesmo nas condições de pesquisa, com frequência maior com mamíferos - como cães, macacos -, mas também com espécies que causam mais surpresa, tais como galinhas, cobras e polvos.

Parece haver indicações de que, ao antropomorfismo presente na aproximação de pessoas com animais – pela percepção e atuação em relação aos bichos como se estes fossem humanos –, corresponde um equivalente zoomorfismo – um comportamento da parte dos animais, como se os seres humanos e outros animais lhes fossem coespecíficos. As respostas de alguns animais nas condições de laboratório indicam que os bichos podem realizar ações que atendem mais a quem estimula do que ao tipo de estímulo recebido (DAVIS; BALFOUR, 1992).

De volta ao *Repórter Eco*, percebe-se que o mesmo cuidado empregado no alinhavo dos depoimentos está presente no registro visual das paisagens e dos lugares. A construção de um cenário natural para programas de cunho ecológico integra uma longa tradição documental de registro da natureza que se pauta por uma câmera que recorta o mundo com enquadramentos de cunho preservacionista: isolando os elementos que permitam uma

cenografia mais pura, mais natural e que possa, como tal, servir de contexto para um determinado animal ou planta elegido como personagem, para o qual são criados sons e imagens que o possam circundar, correspondendo à noção de “seu meio natural”. Tais procedimentos, próprios da mídia jornalística preocupada mais com o mercado publicitário do que com a informação ao público (GERIBELLO, 2009), podem ser reconhecidos em várias formas do fazer jornalístico.

Encontrar personagens não é tudo. É preciso também pô-los em cena. Um cientista com avental branco cercado de tubos de ensaio terá um ar mais “verdadeiro” do que se estivesse no barbeiro. Se ele gaguejar em uma palavra, será preferível fazer uma nova tomada de cena, para que desta vez o som seja melhor. Já no caso de um desempregado que recebe pensão do governo, um balbuciar não é um problema, mas uma vantagem. O desempregado está por definição perdido, confuso. (AUBERNAS; BENASAYAG, 2003, p. 21)

Na reportagem do programa *Repórter Eco* sobre o baru, já comentada neste texto, as cenas da coleta mostram pessoas com vestimentas simples, que, enfileiradas, entram em uma mata. No interior da mata, elas coletam o baru, colocando-o em sacos; a câmera focaliza os frutos no chão, a mão que recolhe e os sacos onde o baru é acondicionado. Na continuação da cena, as pessoas, novamente enfileiradas, saem da mata com o saco parcialmente cheio nas costas; ouvem-se, ao fundo, seus cantos. As imagens estão organizadas segundo uma cronologia que oferece ao telespectador a sensação de acompanhar a coleta do baru.

Além da coleta, o programa mostra cenas do beneficiamento do baru: em uma casa branca, pessoas com roupas também brancas e munidas de toucas e máscaras retiram os frutos dos sacos e os abrem com auxílio de uma máquina de alavanca. As sementes que saem dos frutos partidos são colocadas em uma bandeja branca e depois seguem para outra máquina. Nas imagens seguintes, só aparecem a máquina e uma mão enluvada, manipulando-a. *Close* na máquina, a tampa transparente permite verificar o conteúdo sendo triturado (massa ou grãos miúdos de cor avermelhada).

A simulação das atuações de recolha e processamento do baru, semelhante ao que já foi comentado sobre a reportagem com os biólogos na RPPN Toque-Toque Pequeno, cria a espontaneidade das ações mostradas, reforçando a percepção de tempo presente da realidade televisiva e do espectador como testemunha ocular dos fatos.

A noção de retórica do direito, desenvolvida por Martin-Barbero (2003), permite situar essa forma de apresentação da reportagem na lógica da organização do espaço da televisão. Segundo o autor, em oposição ao cinema, que opera com base na distância e pela

mágica da imagem (função poética), a televisão se organiza “sobre o eixo da proximidade e da magia de ver”. Isenta de ambiguidade, a imagem predominante no *Repórter Eco* dá tudo a ver, próximo e em detalhes, num “discurso que *familiariza* tudo” (MARTIN-BARBERO, 2001, p. 306-307, grifo do autor).

As imagens mostram e os depoimentos explicam, o discurso visual complementa a fala e cria a possibilidade de reconhecimento de ações corretas. Muitas vezes, isto não é o resultado da argumentação apresentada, mas é definido *a priori* pela relação de confiança que o espectador deposita no programa – atribuída ao produtor, ao canal de televisão, a quem apresenta ou narra, aos especialistas convidados a dar explicações. Essa confiança é reforçada pelo uso recorrente de formas de validação desse tipo de programa de televisão, tais como: os recursos imagéticos, a banda sonora local, o texto orientando o olhar e ajudando a identificar as ações relevantes, o reforço de relações de causa e efeito e a reiteração das boas atitudes e projetos, ao mesmo tempo que os procedimentos inadequados e prejudiciais são sublinhados pelas reportagens.

A ênfase, como acontece na reportagem sobre o baru, na responsabilidade das populações locais pela conservação da natureza pode acobertar o desrespeito à legislação ambiental, como efeito da omissão dos governos em todos os níveis. Pinton e Aubertin elucidam que a valorização das atividades extrativistas que utilizam o manejo sustentável para a preservação da Floresta Amazônica tem delegado a responsabilidade pela proteção dos recursos naturais às populações tradicionais. Segundo os autores: “seria, pois, injusto fazer que os coletores carreguem a responsabilidade pela proteção da floresta e esquecer a dos órgãos oficiais, encarregados de organizá-la” (PINTON; AUBERTIN, 2000, p. 157).

Os habitantes tradicionais das áreas de interesse ambiental ficam, assim, incumbidos de conservar a natureza com suas atividades de manejo, supostamente tornando efetivo o desenvolvimento sustentável. Este é associado, pelo programa *Repórter Eco*, às práticas tradicionais dos moradores, tomadas como bons exemplos de uso responsável dos recursos naturais; daí a relação entre desenvolvimento sustentável e populações tradicionais. A reportagem reforça este aspecto, quando situa a comunidade Boa Esperança, de Caldazinha/GO, na fronteira entre a devastação e a conservação.

Eco contemporâneo do selvagem, o camponês aparece, assim, nas múltiplas páginas que lhe são dedicadas, como esse ser da medida, da prudência e da modéstia, cujas necessidades limitadas e o conhecimento da natureza poderiam servir como modelo para uma sociedade menos predadora e na medida do homem. (ALPHANDÉRY; BITOUN; DUPONT, 1992, p. 102-103)

A ênfase da coordenadora técnica do CEDAC na possibilidade de o projeto ser aplicado em qualquer outro bioma brasileiro reforça seu caráter exemplar, presente desde a abertura da reportagem, na fala de Flávia Lippi: “*Você vai conhecer o Projeto Barú, exemplo de desenvolvimento econômico aliado à preservação do Cerrado*” (grifo nosso). Tal procedimento seleciona e valoriza algumas práticas atribuídas a populações tradicionais e parte da suposição de que os mais variados problemas ambientais possam ser solucionados com a aplicação de um determinado projeto, inicialmente pensado em conformidade com uma dada realidade local.

A ecologia como ciência está, desde seu nascimento, dividida em correntes que continuam hoje em dia a opor-se, principalmente no seu modo de encarar as relações que devem ser estabelecidas entre os fatos naturais e os fatos sociais. Entretanto, alguns ecólogos pretendem, em nome do rigor de seu procedimento, proibir qualquer forma de preocupação política aos diferentes componentes que se identificam com a ecologia, recorrendo assim a um procedimento positivista, consagrado ao estudo 'daquilo que é' e renunciando a qualquer discurso sobre 'o porquê das coisas'. ALPHANDÉRY; BITOUN; DUPONT, 1992, p. 58)

Todos os argumentos tecidos pelas falas, desde os moradores locais, passando pela apresentadora e pela repórter, até a coordenadora técnica do CEDAC, juntamente com as imagens, conduzem ao entendimento de que o manejo efetuado é adequado e sustentável, pela atuação responsável de agricultores familiares, aproximando-os do conceito de populações tradicionais. Parece haver uma tentativa de convencimento de que o projeto emerge dessa população, a partir da utilização de uma técnica tradicional, praticada espontaneamente por esse núcleo populacional. A concepção e a coordenação do projeto seriam uma decorrência das formas cotidianas de uso do solo daquela região, introduzindo tão somente um apoio no beneficiamento e na distribuição dos produtos.

Para tanto, é importante, ao longo das várias reportagens apresentadas no *Repórter Eco*, estimular no telespectador a percepção de que algumas práticas que advêm de saberes locais são consideradas exemplares e valorizadas pelo programa e pelos especialistas. Estes, ainda que fisicamente ausentes da reportagem, são os verdadeiros selecionadores e tradutores do saber popular para formas consideradas eficazes de exploração do meio natural, legitimadas pela ciência e pelos diversos empreendedores: individuais; organizações não governamentais; e empresas como a Natura, que, na época das gravações examinadas neste texto, patrocinava o programa *Repórter Eco*. Parece que as principais ausências são o Estado e as iniciativas locais, surgidas de formas de associação que não são mediadas por instâncias reconhecidas.

No entanto, a produção continua guiada e dominada pela lógica do mercado. A proteção do ambiente é considerada como um custo e condição do processo econômico, cuja “sustentabilidade” depende das possibilidades de valorização da natureza. No entanto, o questionamento da economia a partir da ecologia não tem levado à desconstrução da racionalidade econômica dominante e a fundar uma nova teoria da produção nos potenciais da natureza e nos sentidos das culturas, e por isso as políticas ambientais continuam sendo subsidiárias das políticas neoliberais. (LEFF, 2006, p. 134)

O destaque dado ao esforço individual na proteção da natureza está bem representado na última reportagem da série sobre as reservas particulares do patrimônio natural (RPPN), apresentada em 28/04/2002 pelo *Repórter Eco*, realizada na Fazenda Bulcão, de propriedade do fotógrafo Sebastião Salgado. Esta reserva foi a primeira do Brasil a ser criada em área degradada e abriga o Instituto Terra, uma organização não governamental que desenvolve projetos de educação e recuperação ambiental da Mata Atlântica na região onde está situada. Nada há para preservar nesse lugar, e a proposta do Instituto Terra, de Salgado e sua esposa, é criar uma área verde onde há um solo desgastado pelo cultivo excessivo.

Sebastião Salgado aparece focalizado em plano americano e o som ambiente é substituído pela locução: “*A serra dos Aymorés tocada pela luz do entardecer é paisagem do sudeste mineiro que mora na memória de um dos fotógrafos mais importantes do mundo*”. A câmera mostra Sebastião Salgado, no canto direito do vídeo, apontando as terras ao fundo; apresenta algumas imagens da fazenda e retorna para o fotógrafo, que diz:

Meu conceito de espaço nasceu aqui. É claro que eu virei fotógrafo muito tempo depois. Mas eu acho que todo o imaginário, um sistema de imagens, um arcabouço de imagens que já trouxe comigo, eu acho que necessariamente ele veio daqui. Inclusive grande parte das minhas fotografias são de homens situados na natureza, onde eu acho que o valor da natureza é muito forte.

Corte seco e entra uma série de fotografias de Sebastião Salgado, acompanhada por música: “*O fotógrafo, que vive na França e vem ao Brasil pelo menos uma vez por ano, registrou a degradação social e ambiental, ao acompanhar homens sem terra para trabalhar e para viver, de vários países. E não se esqueceu do próprio chão, a cidade mineira de Aymorés, hoje com 25 mil habitantes*”.

Gonçalves Filho (1988, p. 95) aponta que os trabalhos da memória conquistam as pessoas seduzidas pelo sonho de um lugar sem classes, porque podem estimular “a atenção de um olhar zeloso, entusiasmando a luta política não apenas em direção ao futuro, mas também em direção aos mananciais simbólicos e às esperanças históricas do passado”. É o que vemos nas fotografias “escolhidas” pela reportagem para acompanhar as palavras de Salgado. “A luta

pela terra”, “Gente da terra”, “Trabalhadores da terra”, compõem as legendas dessas imagens do referido livro, em que Sebastião Salgado quer retratar o homem em luta pela sobrevivência.

A ausência da paisagem natural, já devastada, é substituída pelas reminiscências de Sebastião Salgado que são ilustradas com suas fotografias, pelas quais ele é mundialmente conhecido e seu trabalho, respeitado. Isso possibilita que as suas lembranças se tornem o eixo condutor da reportagem.

Ainda assim, fica evidente a tensão estabelecida entre os depoimentos de Sebastião Salgado – que insiste na questão da luta pela terra – e a locução, que introduz a natureza degradada e a proposta de sua recuperação. As imagens da fazenda Bulcão, sem atrativos espetaculares, são intercaladas com imagens das pessoas que prestam depoimentos. A repórter da TV Cultura aparece captada em plano americano, com a fazenda ao fundo; quase uma testemunha dos fatos relatados, diz que a região

[...] já foi exuberante em Mata Atlântica, mas a derrubada de árvores para gerar espaço para plantio de culturas como o café, formar pasto para o gado e gerar energia para locomotivas foram implacáveis, sobrou muito pouco da floresta. O que a equipe do Instituto Terra quer é trazer a vida de volta, vida que marcou a infância do fotógrafo.

Deter-se no *Repórter Eco* permite encontrar um formato já consagrado de abordagem do ambiente, que busca os problemas a partir de soluções preexistentes e amolda as situações encontradas. Segue-se daí o enaltecimento dos bons exemplos, com destaque para os esforços de pesquisadores e organizações não governamentais para implementar e sustentar as boas práticas, enquanto os leigos (telespectadores) cometem equívocos.

Os programas encadeiam lugares comuns e clichês audiovisuais, para manter o fluxo de sons e imagens que amortece o inadvertido espectador, integrado em seu sofá aos espectadores outros, igualmente ausentes da discussão política sobre o que pretendemos para esse mundo, como se fosse possível enfrentar os desafios contemporâneos sem um enfrentamento público das diferenças em jogo.

As políticas de desenvolvimento sustentado procuram conciliar os lados opostos contrários da dialética do desenvolvimento: o meio ambiente e o crescimento econômico. A tecnologia seria o instrumental que poderia reverter os efeitos da degradação entrópica nos processos de produção, distribuição e consumo de mercadorias [...] O discurso do crescimento sustentado ergue uma cortina de fumaça que mascara as causas da crise ecológica (LEFF, 2006, p. 143).

Latour lembra que “a preocupação com o ambiente começa no momento em que já não há mais nenhum ambiente, essa zona da realidade na qual se poderia, despreocupadamente, desembaraçar-se das conseqüências da vida política, industrial e econômica dos humanos” (LATOURE, 2004, p. 115). Impera o discurso que aplaca os conflitos, apoiado no infundável jogo de oposições, para definir o que é adequado. Vale-se, para tanto, de uma ideia de natureza “já composta, já totalizada, já instituída para neutralizar a política” (LATOURE, 2004, p. 14). Na televisão, encontramos as diversas formas de vida niveladas, dissociadas daquilo que adere a cada uma delas – os conhecimentos disciplinares, as técnicas de manipulação e “milhões de aparelhagens sutis” (LATOURE, ano, p.LATOURE, 2004, p.132) – na constituição do que denominamos ser natural.

Os telespectadores são habituados a formas narrativas que combinam informação e entretenimento, com lamentável diluição da primeira. Questão 8: Como destaca Ianni (1999, p. 27), referindo-se à dramaturgia que impregna a televisão brasileira, temos uma mistura “não só diabólica, mais grave do que diabólica”. Repetitiva e estéril, obnubila os problemas e sofrimentos reais com aqueles movimentos e discursos vazios com que a televisão se autorreferencia, deslocados da possibilidade de “expressar melhor e mais amplamente diferentes fatos e setores sociais...” (IANNI, 1999, p. 27). Ou seja, de atuar democraticamente.

É inevitável reconhecer o conflito entre a expectativa de um papel reflexivo e informativo por parte da televisão pública, ao mesmo tempo que o descaso com o ambiente emerge como questão candente, a ocupar boa parte do noticiário, de debates e programas especiais e das pressões para diluição da gravidade dos acontecimentos e acomodação dos espectadores.

Em 2007 o *Repórter Eco* comemorou 15 anos de existência, com mudanças de formato e patrocinadores. A apresentadora passou a ser a jornalista Márcia Bongiovanni, uma das idealizadoras do programa na época de sua criação em 1992. Contudo, em linhas gerais, permaneceram as características referidas neste trabalho: os depoimentos em fundos de cena verde; as falas sobrepostas às imagens; e conclusões prévias sobre os assuntos tratados.

A adesão das reportagens com o foco em questões ambientais aos formatos consagrados da televisão resulta em programas que apelam incansavelmente para as belezas naturais ameaçadas, para o drama da sobrevivência das espécies e da intensidade das catástrofes naturais.

Com base nos objetivos comuns do desenvolvimento sustentado, convocam-se todos os atores sociais (governo, empresários, acadêmicos, cidadãos, camponeses, indígenas) para uma operação de concertamento e participação na qual se integram as diferentes visões e mascaram-se os interesses contrapostos em um olhar especular, convergente na representatividade universal de todo ente no reflexo do capital argentário. Assim dissolve-se a possibilidade de dissindir diante do propósito de um futuro comum [...]. (LEFF, 2006, p. 144)

Sem idealizar a televisão pública como espaço puro “fora da cultura da mercadoria” (HUYSSSEN, 2004), podemos desejar outra forma de apresentar a temática ambiental, que se distancie do apelo fácil à emoção do espectador, às belezas naturais e à pureza das populações locais, assim como podemos recusar o discurso moralizante e prescritivo que constitui o regulamento ecologicamente correto. Lamentavelmente, o exame do programa *Repórter Eco* mostra que ainda estamos distantes de um espaço de discussão da questão ambiental na televisão brasileira.

O cineasta e estudioso do audiovisual, Jean Louis Comolli, em texto de 2004, considerou a televisão pública em nível internacional como algo ainda a ser construído e enfatizou a necessidade de uma televisão que pudesse encarar o presente como um lugar de trocas, descobertas e encontros que façam sentido, resgatando, dentre os diversos significados da palavra comércio, aquele que envolve o intercâmbio de ideias, conhecimentos e invenções (COMOLLI, 2004, p. 505-506). Talvez uma aspiração semelhante à que se desenha hoje para a rede mundial de comunicação digital, uma comunhão provavelmente irrealizável como tal, em democracias ainda tão frágeis, como as latino-americanas (IANNI, 1999).

A televisão pública brasileira está longe de propiciar uma abordagem crítica e criativa dos dilemas atuais relativos à problemática ambiental, que exprima a complexidade do tema (LATOURE, 2004), forneça informações atualizadas e completas, debata as contradições e interesses divergentes e garanta aos espectadores um conjunto consistente de elementos para o desenho de alguns acordos provisórios e muitas incertezas salutares.

REFERÊNCIAS

ALPHANDÉRY, Pierri; BITOUN, Pierre; DUPONT, Yves. **O equívoco ecológico: riscos políticos da inconseqüência**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1992. 189p.

ALMEIDA, Milton José de. **Imagens e sons: a nova cultura oral**. São Paulo, SP: Cortez Editora, 1994. 110p.

AUBERNAS, F.; BENASAYAG, M. **A fabricação da informação: os jornais e a ideologia da comunicação**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2003. 101p.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 1997. 143p.

COMOLLI, Jean-Louis. **Voir et Pouvoir: L'innocence perdue: cinéma, télévision, fiction, documentaire**. Paris: Éditions Verdier, 2004. 761p.

DAVIS, Hank; BALFOUR, Dianne. (Org.). **The inevitable bond: examining scientist-animal interactions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. 399p.

DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176p.

GERIBELLO, Wagner. **A guerra nos filmes e nos jornais: estudo comparativo de narrativas cinematográficas e jornalísticas sobre a guerra**. 2008. 245 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Olhar e memória. In: NOVAES, Adauto. (Org.). **O olhar**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1988. p. 95-124. 495p.

HUYSSSEN, A. **Seduzidos pela memória**. Trad. Sérgio Alcides. Rio de Janeiro, RJ: Aeroplano, 2000. 116p.

IANNI, O. Entrevista com Octavio Ianni : Globalização e Comunicação. In ; **Novo Olhares** : revista de estudos sobre práticas de recepção a produtos mediáticos. Ano 2, n.4. São Paulo, 1999. P. 21-28.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Trad. Carlos Alberto Mota de Souza. Bauru: EDUSC, 2004. 411p.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Trad. Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2006. 555p.

MACHADO, Arlindo. **A Televisão levada a sério**. São Paulo, SP: Senac, 2001 244p.

MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Trad. Ronaldo Polito e Sérgio Alcides, Prefácio Néstor García Canclini. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ, 2003. 369p.

PINTON, Florence; AUBERTIN, Catherine. Extrativismo e desenvolvimento regional. In: EMPERAIRE, Laure. (Org.). **A floresta em jogo**: o extrativismo na Amazônia central. Trad. Paulo Cohen. São Paulo, SP: Imprensa Oficial: Unesp, 2000, p. 152-159. 233p.

RIBEIRO, José Felipe; WALTER, Bruno Machado Teles. Fitofisionomias do bioma Cerrado. In: SANO, Sueli Matiko; ALMEIDA, Semíramis Pedrosa de. (Org.). **Cerrado**: ambiente e flora. Distrito Federal: Embrapa, 1998. 556p.

SACKS, Oliver. **A ilha dos daltônicos e a ilha das cicadáceas**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1997. 284p.

SADER, Regina. Indígenas e camponeses: uma relação de conflitos. **Revista Imaginário**, n. 3 (Dossiê Natureza), p. 151-161. São Paulo, SP: 1996.

SIMMEL, Georg. **A filosofia da paisagem**. Trad. Artur Morão Covilhã. Covilhã: LusoSofia Press, 2009. Disponível em: <www.lusosofia.net>. Acesso em: 00 mês. ano.

SOUZA, L.; DIEGOLI, Vera Lúcia. Repórter Eco: a beleza transforma. In: PÁDUA, Suzana Machado Padua; TABANEZ, Marlene Francisca. (Org.). **Educação ambiental**: caminhos trilhados no Brasil. Brasília: Instituto Ipê, 1997. 283p.

Recebido em: 12/04/2011
Publicado em: 29/0/2012